

Cinedebates como estratégia educomunicativa: potencial do audiovisual no projeto Água, Câmera e Ação (Santo André/SP)¹

Elaine Cristina da Silva Colin²
Sabrina Jerônimo³
Paula Regina Padial Hirata⁴
Paloma Alvarez Alonso⁵
Ricardo Alberto Amaral⁶

RESUMO

Este artigo analisa a metodologia dos cinedebates como estratégia de educomunicação socioambiental aplicada pelo Projeto Água, Câmera e Ação, em Santo André-SP. Desenvolvido entre 2022 e 2023, o projeto capacitou jovens na produção de 48 curtas-metragens sobre a relação com os recursos hídricos, utilizando o audiovisual como eixo metodológico. A abordagem, fundamentada na educomunicação, combinou exibição de vídeos territoriais com mediação dialógica adaptável a diferentes públicos, promovendo a articulação entre saberes técnicos e locais. A iniciativa atingiu mais de 2000 participantes, consolidando-se como recurso pedagógico permanente e instrumento de letramento político-ambiental. Os resultados evidenciam a eficácia da comunicação pública dialógica para engajar jovens em questões socioambientais complexas, com reconhecimento internacional e replicabilidade em diversos contextos, reforçando o potencial da educomunicação para a construção democrática de políticas ambientais.

PALAVRAS-CHAVE: educomunicação; cinedebates; educação ambiental; comunicação pública.

1. Introdução

A educomunicação consolida-se como campo estratégico e transdisciplinar para a educação ambiental, integrando de forma sinérgica os processos comunicativos à participação social em práticas formativas emancipatórias. Segundo Soares (2011), a educomunicação estrutura-se a partir da gestão democrática dos recursos de informação

¹ Trabalho apresentado no GT 04 - Comunicação Pública, Cidadania, Educação e Meio Ambiente no III Congresso Brasileiro de Comunicação Pública, realizado de 20 a 22 de outubro de 2025 em São Cristóvão/SE.

² Doutora e mestre em Ciências (FSP-USP). Gerente de Educação e Mobilização Ambiental (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André). E-mail: elainesc@semasa.sp.gov.br

³ Pedagoga (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André). E-mail: sabrinaj@semasa.sp.gov.br

⁴ Mestre em Ecologia de Ecossistemas Aquáticos e Terrestres (USP). Bióloga - (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André). E-mail: paularp@semasa.sp.gov.br

⁵ Especialista em Comunicação Empresarial, Jornalista (Faculdade Metodista de São Paulo). Gerente de Atendimento ao Cliente Externo (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André) . E-mail: palomaa@semasa.sp.gov.br

⁶Técnico químico. (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André). E-mail: ricardoaa@semasa.sp.gov.br



e dos processos comunicativos em espaços educativos, visando a criação de ecossistemas comunicativos abertos e dialógicos. É nesse contexto que a produção midiática participativa emerge não como um fim em si mesma, mas como um veículo potente para a expressão de saberes locais e a problematização de realidades socioambientais complexas.

No município de Santo André, com seus 748.919 habitantes (IBGE, 2022) e economia baseada na indústria, serviços e comércio, o cenário apresenta particular relevância para a educação ambiental. O território municipal divide-se entre uma Macrozona Urbana (38% da área, concentrando 90% da população) e uma Macrozona de Proteção Ambiental (mais de 60% do território), onde 55% da área total está inserida na área de proteção de mananciais da Bacia Hidrográfica do Reservatório Billings, configuração territorial que gera tensões socioambientais significativas. Foi neste contexto complexo que o Projeto Água, Câmera e Ação ganhou concretude, atendendo jovens de bairros em situação de vulnerabilidade social em ambas as macrozonas, incluindo áreas próximas às Unidades de Conservação de Proteção Integral de gestão municipal, o Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba e o Parque Natural Municipal do Pedroso.

O contexto local é singular e desafiador, um cenário que impõe uma tensão permanente entre a preservação ambiental, a pressão urbana e as demandas por saneamento básico, especialmente em áreas marcadas por vulnerabilidade socioambiental. Esta realidade exige, portanto, estratégias educativas que transcendam a simples disseminação de informações e que sejam capazes de engajar a população na construção de habilidades visando a promoção de ambientes mais sustentáveis.

Desenvolvido entre 2022 e 2023, o projeto adotou o audiovisual como eixo metodológico central para engajar jovens de 15 a 29 anos nas discussões críticas sobre a importância vital da água em suas comunidades. A iniciativa surgiu da necessidade de criar novas linguagens e canais para tratar questões ambientais, que ressoassem com o universo juvenil. Ao articular de forma indissociável a comunicação pública, a educação ambiental crítica e a produção midiática participativa, o projeto estabeleceu um modelo inovador de intervenção socioambiental. A opção pelo audiovisual como linguagem principal dialoga diretamente com o conceito de "espaços públicos midiáticos" proposto

por Gomes (2016) na esfera da comunicação pública. Para a autora, a comunicação pública deve fomentar a formação de uma esfera pública plural, onde diferentes atores sociais possam ter voz e onde sejam tratados temas de interesse coletivo. O projeto, ao equipar os jovens com ferramentas para produzir suas próprias narrativas, criou exatamente esses micro espaços públicos, nos quais a gestão hídrica deixa de ser um tema técnico e distante para se tornar uma questão vivida, narrada e debatida pela própria comunidade.

Nesse sentido, o projeto vai ao encontro do que Ismar Soares (2011) define como um dos eixos da educomunicação: a expressão comunicativa, que visa “a melhoria do coeficiente comunicativo das ações educativas através do aproveitamento, tanto das linguagens midiáticas quanto das formas de expressão que caracterizam a cultura local” (SOARES, 2011, p. 18). O “Água, Câmera e Ação” operacionalizou esse princípio, utilizando a câmera como um instrumento de pesquisa-ação, permitindo que os jovens investigassem, interpretassem e comunicassem os desafios hídricos de seus territórios. Como resultado tangível desse processo, os curtas metragens produzidos capturaram narrativas territoriais sobre os desafios hídricos da região sob o olhar único dos participantes. Essas produções audiovisuais, elaboradas de forma colaborativa entre jovens e educadores ambientais, transcendem sua função inicial de produto final e transformaram-se em instrumentos pedagógicos e de comunicação pública. Eles materializaram o que pode ser entendido como uma “ecologia de saberes”, conforme discutido por Santos (2007), onde o conhecimento técnico-científico sobre a água se encontra e se enriquece com os saberes experienciais daqueles que vivem os problemas no seu cotidiano.

Atualmente, os vídeos integram o acervo permanente de ações educativas do Semasa (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André), sendo utilizados em escolas, comunidades e espaços formativos como disparadores de diálogos sobre sustentabilidade e cidadania ambiental por meio de Cinedebates. Esta incorporação institucional corrobora a perspectiva de Albuquerque (2014) sobre a comunicação pública como um processo contínuo e institucionalizado de prestação de contas e de construção de uma opinião pública informada que, no caso, se dá por meio de recursos educomunicativos. Os vídeos tornam-se, assim, um legado duradouro,

ferramentas para que o próprio poder público, por meio de seu órgão ambiental, promova um diálogo mais qualificado e ancorado na realidade local com a população.

Dessa forma, o Projeto Água, Câmera e Ação se apresenta como um caso emblemático de como a tríade educomunicação, educação ambiental e comunicação pública pode gerar impactos profundos e duradouros. Ele não apenas formou jovens para o uso de linguagens midiáticas, mas criou um ciclo virtuoso de comunicação: da produção de narrativas locais à sua institucionalização como ferramenta de diálogo público, fomentando uma cidadania ambiental ativa e informada, essencial para os complexos desafios socioambientais do século XXI.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar a metodologia dos cinedebates enquanto estratégia de educomunicação socioambiental aplicada pelo projeto, examinando seu potencial para engajar jovens e comunidades na discussão sobre gestão hídrica por meio do debate de vídeos territoriais. Busca-se, especificamente, compreender como essa abordagem dialógica transforma questões técnicas em narrativas acessíveis, fomentando a participação social e o letramento político-ambiental, além de avaliar sua replicabilidade como modelo de intervenção em políticas públicas de educação ambiental.

2. Metodologia

A metodologia do Projeto Água, Câmera e Ação fundamenta-se nos princípios da educomunicação socioambiental (SOARES, 2011; CITELLI, 2017; COSTA, 2017), articulando produção midiática participativa, educação ambiental crítica e comunicação pública em um processo formativo contínuo. A opção por esta abordagem justifica-se pela necessidade de criar ecossistemas comunicativos (SOARES, 2011) capazes de enfrentar a complexidade dos desafios hídricos nos territórios, onde se entrecruzam dimensões técnicas, políticas, sociais, ambientais e culturais. Como afirma Citelli (2019, p. 45), "a educomunicação ambiental emerge como campo fértil para a experimentação de linguagens e metodologias que articulem comunicação, educação e sustentabilidade de forma indissociável".



Para operacionalizar esses princípios teóricos, o Projeto Água, Câmera e Ação aconteceu a partir de uma metodologia essencialmente prática e participativa, baseada nas diferentes realidades de áreas em situação de vulnerabilidade social do município de Santo André, criando condições para que jovens de 15 a 29 anos pudessem vivenciar experiências de aprendizagem sobre as questões socioambientais na cidade, de acordo com as suas percepções e, ao mesmo tempo, valorizando as especificidades de cada território (Figura 1). Neste contexto, o recurso pedagógico central foi a educomunicação socioambiental com foco na linguagem audiovisual. A partir de conceitos e práticas sobre roteiro, produção, fotografia, som, montagem e edição, os participantes puderam criar seus próprios vídeos abordando questões relativas ao valor da água na vida de cada um e de suas comunidades. A câmera foi uma ferramenta de criação para uma nova atitude criativa, crítica e envolvida com as questões socioambientais, valorizando a linguagem e cultura popular, além dos vínculos territoriais.

FIGURA 1: Distribuição das turmas de formação do Água, Câmera e Ação no território Andreense



Fonte: Semasa, 2024

A execução do Projeto Água, Câmera e Ação foi viabilizada por uma estratégia de governança colaborativa intersetorial, articulando diferentes esferas do poder público

e atores da sociedade civil. A coordenação, o financiamento parcial e a implementação ficaram a cargo do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André (Semasa), em parceria operacional com o Instituto Social Cultural Brasil, especializado em desenvolvimento humano por meio da arte, cultura e educomunicação. O Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) atuou como financiador principal da iniciativa. No âmbito municipal, a Secretaria de Meio Ambiente ofereceu apoio técnico na revisão de roteiros e vídeos, e integrou o projeto a outras políticas públicas, como o programa de monitores ambientais. A Secretaria de Cultura colaborou na concepção pedagógica centrada no audiovisual e mobilizou a Escola Livre de Cinema e Vídeo para atividades com os jovens. A Secretaria de Planejamento Estratégico e Licenciamento conectou a iniciativa ao Programa Santo André 500 Anos, articulando as discussões sobre água e mudanças climáticas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e o Acordo de Paris. A Diretoria Regional de Ensino do Estado de São Paulo foi fundamental para a mobilização de estudantes e professores da rede estadual, além da cessão de espaços para as formações. Por fim, as entidades assistenciais locais Núcleo Assistencial e Educacional à Caminho da Luz, Instituição Beneficente Irmã Marli e Casa Lions de Adolescentes, foram parceiras essenciais na mobilização comunitária e na infraestrutura para as oficinas, garantindo o engajamento de jovens em situação de vulnerabilidade social. Essa arquitetura de parcerias foi fundamental para o caráter transversal e territorializado da intervenção.

O processo formativo do Água, Câmera e Ação desenvolveu-se em três etapas articuladas, conforme descrição a seguir.

Primeira etapa: formação cidadã, em audiovisual e produção colaborativa

A etapa inicial desenvolveu-se através de oficinas presenciais realizadas em territórios prioritários do município, com carga horária média de 40 horas, distribuídas entre módulos teóricos e práticos. A formação combinou técnicas básicas de audiovisual (roteiro, captação de imagem e som, edição) com conteúdos socioambientais específicos sobre a Bacia Hidrográfica da Billings, gestão de recursos hídricos e outros temas ambientais correlatos.

Segundo Fantin (2017), a produção midiática participativa com jovens configura-se como "tecnologia social de visibilidade", permitindo que narrativas periféricas ganhem expressão pública. Nesta perspectiva, as oficinas foram concebidas como laboratórios de experimentação comunicativa, onde os participantes aprenderam fazendo, apropriando-se das ferramentas audiovisuais para documentar conflitos e soluções ambientais em seus territórios. O processo resultou na produção de 48 curtas-metragens com duração entre 5 e 10 minutos, abrangendo temáticas como: acesso à água potável, ocupação irregular em áreas de proteção, saneamento básico, mudanças climáticas, conservação de nascentes e memórias afetivas relacionadas aos corpos hídricos locais, entre outros temas correlatos.

FIGURA 2. Produção colaborativa: jovens documentando realidades socioambientais de seus territórios



Fonte: Semasa, 2024.



Segunda etapa: metodologia dos cinedebates como estratégia educomunicativa

A metodologia dos cinedebates constituiu-se como um dos núcleos de ação do projeto, desenvolvendo-se como prática educomunicativa flexível e adaptável a diferentes públicos. Cada sessão foi estruturada em dois momentos articulados:

1. Exibição dos vídeos territoriais

A seleção dos curtas-metragens para exibição seguiu critérios pedagógicos claros: relevância temática para o público-alvo, linguagem acessível e representatividade territorial. Como observa Gomes (2018, p. 92), "o audiovisual territorializado carrega em si potência pedagógica singular, pois fala da realidade concreta dos espectadores, estabelecendo identificação imediata".

FIGURA 3 - Entrada de um dos curtas do projeto no site da iniciativa



Fonte: www.semasa.sp.gov.br/aca

2. Dinâmica de palavras-chave e mediação dialógica

Imediatamente após a exibição, os participantes eram convidados a registrar em seus cadernos palavras ou expressões que sintetizassem suas impressões iniciais de cada



curta metragem assistido. Esta estratégia, fundamentada em pressupostos da educação popular (FREIRE, 2018), permitia a expressão de reações emocionais e cognitivas antes do debate estruturado, além de servir como diagnóstico inicial para os mediadores. O registro no caderno servia como memória viva do processo, capturando a diversidade de percepções sobre um mesmo tema e fornecendo um diagnóstico instantâneo que orientava a mediação do debate.

FIGURA 3 - Registro de um dos Cinedebates do Água, Câmera e Ação



Fonte: Semasa,2024.

Os debates eram mediados por educadores ambientais do Semasa e do Instituto Social Cultural Brasil, utilizando diferentes estratégias conforme o perfil do público: para estudantes do Ensino Fundamental: questões disparadoras simples e atividades lúdicas; para Ensino Médio e EJA (Educação de Jovens e Adultos): problematizações que articulavam realidade local com questões globais; para comunidades: discussões focadas em soluções coletivas.

Terceira etapa: circulação e institucionalização dos materiais

A circulação dos vídeos extrapolou os espaços formativos originais, alcançando: escolas públicas municipais e estaduais; comunidades participantes do projeto; eventos

públicos como o Festival de Inverno de Paranapiacaba (2024) e o Circuito Tela Verde do Ministério do Meio Ambiente nas edições de 2024 e 2025.

Esta etapa materializa o que Albuquerque (2019) denomina de "ciclo virtuoso da comunicação pública", onde produtos comunicativos gerados pela sociedade civil são incorporados pelo poder público como ferramentas de diálogo e educação. A seleção no Circuito Tela Verde, programa do Ministério do Meio Ambiente, evidencia o potencial de replicabilidade da metodologia em diferentes contextos.

Resultados e discussão

Os cinedebates consolidaram-se como estratégia educomunicativa nas ações de educação ambiental municipais, coroando um processo mais amplo que alcançou aproximadamente 1.400 pessoas em atendimento direto. Esta capilaridade incluiu 325 jovens capacitados em 13 turmas de formação, 925 participantes nas mostras locais e 150 pessoas no Seminário "O Futuro da Água é Agora!". A segunda etapa pós-formativa que deu continuidades ao Projeto por meio dos cinedebates, especificamente, atingiu mais de 650 pessoas entre 2023 e 2025, demonstrando a continuidade do engajamento socioambiental por meio da iniciativa. Desde o início do projeto até o ano de 2025, ao total foram realizados cerca de 2050 atendimentos. A diversidade de perfis atendidos no Projeto incluiu estudantes da rede pública, jovens em situação de vulnerabilidade social, lideranças comunitárias e educadores ambientais, configurando um mosaico representativo da população andreense.

FIGURA 4. Registros de cinedebate



Fonte: Semasa, 2024



Os 48 curtas-metragens produzidos, protagonizados pelos jovens em sua concepção e produção, originalmente concebidos como instrumentos pedagógicos pontuais, transformaram-se em patrimônio educativo permanente do município, com destaque para a inserção de todos os vídeos e making of em mídias digitais de acesso livre. Essa permanência e replicação demonstram a capacidade dos materiais audiovisuais em perpetuar o diálogo socioambiental, documentando realidades locais enquanto estimulam reflexão crítica continuada, além de fomentar um maior engajamento juvenil na conservação ambiental local, quase inexistente antes do projeto.

A iniciativa materializa o conceito de “comunicação pública como processo contínuo de construção de esfera pública” (GOMES; MAIA, 2021, p. 34), onde os vídeos deixam de ser produtos isolados para se tornarem bens simbólicos de uso coletivo, acessíveis e apropriáveis pela comunidade em diferentes temporalidades, conformando o que Brianzei (2022, p. 34) caracteriza como "processos de comunicação pública para a sustentabilidade", onde "a produção simbólica se converte em insumo para políticas ambientais participativas".

A análise multidimensional da experiência revela impactos significativos em três eixos interconectados. No eixo pedagógico, os vídeos funcionaram como recursos didáticos integrados às ações do Semasa, materializando o princípio da educação ambiental transformadora defendida por Sorrentino et al. (2021), que enfatiza a importância de recursos educativos ancorados em realidades territoriais. No eixo histórico, constituem-se como registro vivo das transformações ambientais urbanas, documentando saberes e práticas locais. No eixo social, configuram-se como tecnologia social replicável, demonstrando o potencial de "metodologias participativas baseadas no território", conforme descreve Jacobi (2020, p. 112), para "articular conhecimentos científicos e saberes locais em processos educativos emancipatórios". Nesta perspectiva, os vídeos funcionaram como “tecnologias de comunicação pública” (ALBUQUERQUE, 2020; BRAGA, 2020, p. 78), instrumentos que permeiam relações entre Estado e sociedade civil, permitindo que saberes periféricos acessem espaços institucionais e influenciem agendas políticas.

Na esfera da cidadania, os cinedebates funcionaram como espaços de letramento político-ambiental, operando a tradução de conceitos complexos como justiça ambiental



e mudanças climáticas para discussões ancoradas em problemas territoriais concretos. Este processo dialoga com a concepção de Loureiro e Cordeiro (2021) sobre educação ambiental crítica como prática que "promove a compreensão das relações sociedade-natureza em sua dimensão política e potencializa a ação coletiva transformadora". A circulação dos materiais em mais de 180 Salas Verdes pelo país evidencia ainda seu potencial intercultural, confirmando a capacidade das narrativas locais em dialogar com desafios regionais e globais. O processo de cinedebates promove ainda o que se convencionou chamar de "letramento midiático para a cidadania ambiental" (FANTIN; RIVOLTELLA, 2022, p. 112), desenvolvendo competências para que os jovens pudessem produzir significados sobre questões ambientais na esfera pública.

A avaliação diagnóstica realizada antes e ao final das ações educativas, por meio de registros sistemáticos dos educadores, revelou uma transformação significativa na percepção dos participantes sobre as questões hídricas, muitos jovens inicialmente comprehendiam a crise da água como um problema distante e abstrato, mas, por meio do contato com as narrativas audiovisuais territoriais, passaram a identificá-la como uma questão intrínseca ao seu cotidiano. Esse processo de "reconhecimento situado", na terminologia de Soares (2020, p. 67), foi fundamental para que desenvolvessem uma postura mais crítica e propositiva frente aos desafios socioambientais de seu entorno.

O aspecto da formação técnica em audiovisual mostrou-se estratégico para o desenvolvimento de competências que transcendem a esfera ambiental. Dos 325 jovens capacitados, aproximadamente 15% relataram, em pesquisas de acompanhamento, ter utilizado os conhecimentos adquiridos em atividades escolares ou comunitárias subsequentes. Esse dado corrobora a perspectiva de Brianzei (2022, p. 91) sobre o caráter multidimensional das ações de educomunicação, que ao integrarem educação ambiental e capacitação técnica, "potencializam oportunidades de inserção socioprodutiva e fortalecimento do capital cultural das juventudes".

A metodologia dos cinedebates demonstrou especial eficácia na articulação entre diferentes gerações. Em sessões realizadas em comunidades, frequentemente observou-se a participação conjunta de jovens, adultos e idosos, propiciando um diálogo intergeracional enriquecedor. Os vídeos produzidos pelos jovens atuaram como



"disparadores de memória" para os moradores mais antigos, que compartilhavam experiências e percepções sobre as transformações ambientais no território ao longo do tempo. Essa dimensão dialógica intergeracional, segundo Jacobi (2020, p. 118), "fortalece os vínculos comunitários e produz uma compreensão mais histórica e complexa dos problemas ambientais".

A circulação dos materiais em redes educativas nacionais, como o Circuito Tela Verde, ampliou significativamente o alcance do projeto, mas também gerou aprendizados importantes sobre adaptação contextual o que evidencia a riqueza das produções, que conforme argumenta Fantin (2021, p. 45), "quando autênticas em sua raiz territorial, demandam mediações igualmente contextualizadas para que seu potencial educativo se realize plenamente em novos cenários".

Em 2024, houve a sistematização da experiência por meio do lançamento, da publicação "Água, Câmera e Ação - O Futuro da água é agora!" representando mais do que o registro de uma prática bem-sucedida, mas sim um momento de reflexão crítica coletiva sobre os caminhos percorridos. Como destacado por jovens participantes da iniciativa, o processo de ver suas trajetórias e produções transformadas em material de referência fortaleceu seu sentimento de autoria e pertencimento às políticas públicas ambientais e ao território. Esse aspecto é fundamental, na avaliação de Loureiro (2023, p. 156), para "superar a lógica da participação instrumentalizada e construir processos efetivamente democráticos na gestão ambiental".

FIGURA 5. Lançamento da publicação Água, Câmera e Ação em 2024



Fonte: Acervo Semasa, 2024.

Em 2024, também houve o reconhecimento internacional pela Associação Internacional de Cidades Educadoras em relação ao Água, Câmera e Ação, que validou não apenas os resultados do projeto, mas sobretudo sua abordagem metodológica. A premiação destacou a capacidade da iniciativa em "articular inovação pedagógica, participação juvenil e sustentabilidade urbana". Essa chancela internacional corrobora a tese de Carvalho et al. (2022) sobre a potência das "experiências glocais" de educação ambiental, que ancoradas em territórios específicos, produzem conhecimentos e metodologias transferíveis para contextos diversos, contribuindo para o avanço das políticas públicas de educação ambiental em escala global.

A experiência dos cinedebates evidencia uma transformação no paradigma da comunicação ambiental no município, migrando de um modelo difusãoista para um ecossistema de “comunicação pública dialógica” (GOMES, 2023, p. 45). Neste modelo, o poder público assume o papel de facilitador de processos comunicativos horizontais, onde a produção, circulação e debate de conteúdos midiáticos ocorre de forma corresponsável com a sociedade civil, fortalecendo a governança democrática das políticas ambientais.

Os resultados demonstram que a metodologia dos cinedebates mostrou-se eficaz em transformar questões técnicas de gestão hídrica em narrativas acessíveis, conforme objetivo específico do estudo, ao promover um processo de “reconhecimento situado” que permitiu aos jovens apropriarem-se criticamente das problemáticas socioambientais de seus territórios.

Considerações finais

A experiência dos cinedebates no Projeto Água, Câmera e Ação demonstrou que a comunicação pública dialógica, ancorada na produção audiovisual participativa, pode efetivamente transformar questões técnicas em narrativas acessíveis, mobilizando jovens e comunidades na discussão ambiental. Ao criar espaços permanentes de debate e fortalecer o controle social sobre as políticas de meio ambiente, a iniciativa consolidou-se como modelo de educação ambiental crítica, onde a construção coletiva de saberes supera a mera transmissão de informações.

Os resultados evidenciam que estratégias educomunicativas, quando territorializadas e adaptáveis, têm potencial para articular participação social, políticas públicas e sustentabilidade, oferecendo possibilidade de replicação tanto em contextos urbanos quanto em áreas de proteção ambiental. Essa versatilidade metodológica reforça o valor da educomunicação como ferramenta para a construção democrática de políticas ambientais em diferentes contextos territoriais. Toda a trajetória do projeto consolida um legado formativo que ultrapassa a esfera municipal, oferecendo parâmetros concretos para a implementação de políticas públicas de educação ambiental por meio de tecnologias sociais replicáveis, ancoradas nos princípios da educomunicação socioambiental e da comunicação pública dialógica.

REFERÊNCIAS:

- ALBUQUERQUE, A. **Comunicação pública:** interesses sociais, dirigismo estatal e desregulação mercadológica. E-Compós, Brasília, v. 17, n. 2, p. 1-20, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/e-compos/article/view/1079>. Acesso em: 10 set. 2025.
- ALBUQUERQUE, A.; BRAGA, R. **Comunicação pública e tecnologias sociais.** E-Compós, Brasília, v. 23, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/e-compos/article/view/12346>. Acesso em: 27 set. 2025.
- ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS (AICE). **Relatório do Prêmio Internacional de Boas Práticas.** Barcelona: AICE, 2024. Disponível em: <https://www.edcities.org>. Acesso em: 30 set. 2025.
- BRIANEZI, T. **Comunicação pública e sustentabilidade:** interfaces e perspectivas. São Paulo: Annablume, 2022.
- CARVALHO, I. C. M. *et al.* **Educação ambiental em tempos de crise:** desafios e possibilidades. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022.
- CITELLI, A. **Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento.** São Paulo: Paulinas, 2017.
- CITELLI, A. **Comunicação e educação: novas linguagens em cenários midiáticos.** São Paulo: Senac, 2019.
- COSTA, M. C. **Educomunicação e gestão comunicativa.** São Paulo: Paulinas, 2017.
- FANTIN, M. **Mídia-educação e produção audiovisual com jovens.** Revista Contemporânea de Educação, v. 12, n. 24, p. 68-85, 2017.

FANTIN, M. **Educomunicação e produção midiática popular.** São Paulo: Paulinas, 2021.

FANTIN, M.; RIVOLTELLA, P. C. **Educação midiática e cidadania digital.** São Paulo: Cortez, 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

GOMES, W. **Comunicação pública:** espaços, imagens e materiais. 1. ed. Salvador: Edufba, 2016.
E-book. Disponível em:
<https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/178/3/Comunicacao%20Publica%20-%20Wilson%20Gomes.pdf>. Acesso em: 10 set. 2025.

GOMES, W. **Comunicação pública: espaços, imagens e materiais.** 1. ed. Salvador: Edufba, 2018.

GOMES, W.; MAIA, R. **Comunicação e democracia:** problemas & perspectivas. São Paulo: Paulus, 2021.

GOMES, W. **Comunicação pública e democracia deliberativa.** Salvador: Edufba, 2023.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades.** Rio de Janeiro: 2022.

JACOBI, P. R. **Educação ambiental e democracia:** caminhos para a cidadania socioambiental. São Paulo: Annablume, 2020.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental e gestão democrática.** Petrópolis: Vozes, 2023.

LOUREIRO, C. F. B.; CORDEIRO, A. P. **Educação ambiental e movimentos sociais:** perspectivas críticas e decoloniais. Petrópolis: Vozes, 2021.

SANTOS, B. de S. **Para além do pensamento abissal:** das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 79, p. 71-94, nov. 2007. Disponível em:
<https://novosestudos.com.br/produto/revista-novos-estudos-79/>. Acesso em: 10 set. 2025.

SEMASA. **Água, câmera e ação. O futuro da água é agora!:** uma experiência de educomunicação socioambiental em Santo André. Org. Colin, E. C. S. Santo André, SP: Semasa, 2024.

SOARES, I. de O. **Educomunicação e seus campos de intervenção.** São Paulo: Paulinas, 2020.

SOARES, I. O. **Educomunicação:** o conceito, o profissional, a aplicação. São Paulo: Paulinas, 2011. 96 p. Disponível em:
https://statics-americanas.b2w.io/produtos/7415522/documentos/7415522_1.pdf. Acesso em: 10 set. 2025.

SORRENTINO, M. et al. **Educação ambiental e políticas públicas:** contextos, avanços e limites. São Paulo: Annablume, 2021.